



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1162/2023**  
**(à MPV 1162/2023)**

Dê-se nova redação ao art. 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, na forma proposta pelo art. 19 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 290. ....**

**.....**

**§ 6º** Os procedimentos a cargo do registro de imóveis terão emolumentos calculados como ato de registro, cuja base de cálculo é o valor do imóvel ou o montante da dívida executado na data da prenotação, conforme o caso, sem prejuízo dos emolumentos devidos por cientificações, diligências, audiências e ato respectivo ao final do processo” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

Os Registros de Imóveis têm recebido uma série de atribuições a partir de um movimento virtuoso de extrajudicialização. Esse movimento parte da premissa de que a outorga de autonomia ao cidadão, por meio da satisfação de seus interesses não litigiosos junto ao foro extrajudicial, é um fator de desenvolvimento econômico e social.

Ocorre que essa atribuição gera custosos trabalhos para o sistema registral imobiliário, sem prover-lhe dos indispensáveis recursos para operacionalização das tarefas correspondentes, quais sejam a contratação de pessoal qualificado, reestruturação de seus espaços, adequação de sua estrutura tecnológica, inclusive com a observância dos mecanismos de segurança da informação, etc.



As atividades registraais são fundamentais para a dinâmica econômica, geração de empregos e redução da pobreza. Recursos compatíveis com os trabalhos desempenhados e as responsabilidades delas decorrentes é premissa para que o sistema de delegações opere adequadamente. Entender de modo diverso é colocar o sistema registral em risco por falta de recursos adequados ao seu funcionamento ou suprimir do cidadão uma possibilidade eficiente de satisfazer seus interesses legítimos.

A fim de que o importante movimento de extrajudicialização, encampado com ineditismo pelo Congresso Nacional, seja uma realidade em todos e em qualquer município deste país, de modo eficiente, seguro e célere, é que apresentamos a presente proposta.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

**Deputado Rodrigo de Castro**  
**(UNIÃO - MG)**

